



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA
18 DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE**

----- Ao décimo oitavo dia do mês de outubro de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas e quinze minutos, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila do Porto, freguesia e conceiño de Vila do Porto, para a terceira reunião ordinária, tendo como ponto único da ordem de trabalhos:

Ante-Proposta do Plano Regional Anual para 2020 - Parecer do Conselho de Ilha

A esta reunião compareceram os seguintes conselheiros/as: Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto; Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto; Daniel da Silva Gonçalves, Presidente do Conselho de Ilha; Roberto Furtado Lima de Sousa; José de Andrade Melo; Jorge Alberto Monteiro Santos; Aníbal Cabral Moura; António Manuel Sousa Braga; José Arsénio Sousa Chaves (1.º Secretário); Jorge Alberto Cabral Botelho; as Conselheiras Maria Helena Cabral de Lordelo (2.ª Secretária); Maria Dulce de Oliveira Resendes; Márcia Catarina Costa Santos; e Graça Pombeiro Andrade Morais. Estiveram ausentes os seguintes conselheiros: Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (Vice-Presidente); Eduardo Manuel Pereira Cambraia; Marco André Braga Carvalho; Duarte Manuel Braga Moreira; Élio Mota Martins (que irá substituir o Conselheiro José da Ascensão Cabral Branco), e José Emanuel Sousa Medeiros, Representante da Associação dos Pescadores (ainda não tomou posse). Estiveram também ausentes os deputados da ALRAA: Elisa Lima Sousa (PSD/A); Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS/A) e João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa (PS/A). -----

Período antes da Ordem do Dia:

----- O Presidente do Conselho de Ilha, Daniel Gonçalves, deu início à reunião e saudou todos/as os/as presentes e solicitou ao 1.º Secretário para proceder à chamada de presença. A seguir colocou à discussão e apreciação dos conselheiros a ata da 2.ª reunião ordinária do CISM que decorreu no trigésimo dia do mês de maio de dois mil e dezanove. Dado o facto que o texto da ata é extenso, e que nem todos os conselheiros tiveram a oportunidade de a lerem antecipadamente, o Presidente do Conselho propôs que a aprovação fosse considerada numa próxima reunião do Conselho. A sugestão foi acordada sem objeções; -----

----- O Presidente confirmou que para esta reunião não houve pedido de intervenção do público; -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

De seguida, o Presidente informou que o Conselheiro José da Assunção, representante da CCIPO foi substituído pelo Conselheiro Hélio Martins que tomará posse na próxima reunião do CI e que o Conselheiro José Manuel Sousa Medeiros, que representaria o sector das pescas, também ainda não tomou posse. -----

----- De seguida, o presidente deu início ao trabalho relativamente à ordem do dia que consiste de um ponto único: Anteproposta do Plano Regional Anual para 2020. Explicou que, à semelhança dos anos anteriores, sugere-se que os conselhos de ilha imitam um parecer de teor qualificativo. Em 2019, lembrou, foi dado um parecer por unanimidade favorável com algumas observações, e acrescentou que “conseguimos incrementos em áreas que tínhamos concordado ser relevantes.” -----

----- O Presidente Daniel Gonçalves introduziu o tema dizendo ter feito uma leitura abrangente da Anteproposta e resumiu as suas observações como se segue: ressaltou que “...embora isto seja um dado de pura aritmética, em termos de investimento público, apenas o Corvo fica atrás de Santa Maria... se fizéssemos um ranking éramos a segunda ilha com menos investimento público para 2020”. Salientou que tendo Santa Maria uma população de aproximadamente 5,500, o investimento é à volta de €6,000 por habitante, quando na Graciosa, por comparação, é à volta de €7,700 por habitante. -----

----- O Presidente acrescentou ainda que, “em termos de comparação daquilo que vem de 2019 para 2020 nós encontramos neste plano para 2020, aumentos e desinvestimentos.” Houve um aumento considerável na área da saúde sobre o qual acha ser “o resultado de fazer chegar ao governo as nossas preocupações nesta área.” O maior incremento na área da saúde é quase €1,000.000, e nota-se um aumento significativo na categoria geral da saúde. Lembrou ainda que no ano passado a taxa de execução do investimento nesta área foi executado quase na sua totalidade. Salientou também que na área social houve um incremento significativo, sobretudo na rubrica que tem que ver com o apoio à infância e à juventude. Explicou que este importante investimento tem a ver basicamente com a criação de um ATL. Continua o investimento na área do emprego e qualificação profissional e um incremento significativo no arrendamento social. -----

----- Em comparação com o ano anterior, o Presidente do Conselho chamou a atenção para um desinvestimento na área dos portos, e manifestou preocupação porque “...vai em contraciclo com as nossas preocupações e reivindicações uma vez que temos salientado sempre a necessidade de melhorar as infraestruturas portuárias da ilha.” Acrescentou que perdemos investimento em outras áreas que vão continuar a dar-nos dificuldades, e destacou o contínuo desinvestimento na reabilitação das estradas regionais. Salientou também que há um investimento previsto de 600 mil euros para construções escolares afetos à escola básica, onde está descrito que é para uma melhoria no pavilhão, nos acessos aos blocos, e na vedação. O Conselheiro realçou ainda que este investimento necessita de esclarecimento “porque juntado (esse valor) à cantina e excluindo a criação dos gabinetes, aquilo que estava previsto ser feito na escola, que foi avançado pelo presidente do Governo Regional, rondaria os €2 milhões. Ora, €2 milhões, e aqui há um investimento de €600,00 a prever o pavilhão, a



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA
Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Daniel' and 'H03'.

vedação, e os acessos aos blocos, ou seja, €1 milhão não poderá custar aquilo que falta que é a criação de gabinetes de apoio.” Por fim, o Conselheiro Daniel Gonçalves comunicou que há um investimento considerável, €1,300,000 para a musealização da torre de controle, e uma diminuição considerável em todo o sector da agricultura (-11%). -----

----- A seguir, o Presidente chamou a atenção dos conselheiros para um estudo elaborado pela Câmara do Comércio de Ponta Delgada (Desagregação Espacial - Santa Maria) que tem que ver com a taxa de execução dos planos e orçamentos para os anos anteriores. Este estudo mostra que nem sempre os planos orçamentais são executados integralmente. Destacou como exemplo a rubrica do turismo. Adiantou que “no último Conselho de Ilha foi emitido um parecer para haver um incremento na promoção e desenvolvimento turístico e que foi inclusivo aumentado, todavia é um ponto onde houve menos execução. Há apenas uma execução de 13% na promoção do destino turístico...uma área que sempre consideramos primordial para Santa Maria.” -----

----- A seguir, o Conselheiro Daniel Gonçalves abriu o debate sobre o documento. Inscreveram-se os conselheiros: José de Melo, Roberto Furtado, Jorge Botelho, Dulce Rezendes, José Arsênio Chaves, e o Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, Conselheiro Carlos Henrique Rodrigues. -----

----- O Conselheiro José de Melo fez uma apreciação global e transversal dos investimentos públicos diretos e indiretos, completos ou em curso, sob os auspícios do Governo Regional dos Açores. Considera a proposta do plano regional anual 2020 positiva, embora deseje acrescentar algumas notas de reforço e reserva. Salientou que “devemos ver esse plano numa perspetiva de final de ciclo” e defende que tudo aquilo pelo qual o Governo dos Açores se comprometeu fazer no decorrer dos últimos quatro anos foi ao encontro dos compromissos que o governo teve para com os Marienses. Relativamente a algumas áreas específicas, entende que é necessário reforçar, entre outras, a conservação da natureza onde destaca um maior apoio ao estudo do Priôlo e da Estrelinha, ambas aves terrestres raras e endémica dos Açores, a desinfestação e limpeza do Barreiro da Piedade, a vinda de médicos especialistas à ilha, melhoramentos nas estradas regionais, e maior reforço na promoção turística. -----

----- A seguir, o Conselheiro Roberto Furtado tomou a palavra e disse que, perante o estudo preparado pela Câmara do Comércio de Ponta Delgada que nos fez chegar o documento ao Conselho de Ilha, verifica um desinvestimento regional na ilha de Santa Maria. O Conselheiro salientou que no plano anual para 2017, estava previsto investimentos no valor de €30,578 milhões, mas somente €8 milhões foram executados. Em 2018, os investimentos públicos ficaram nos € 29,806 milhões, com uma taxa de execução de 26.73% e 38.11%, respetivamente. Ao excluir as rubricas de investimento direto na ilha, tais como, por exemplo, os transportes aéreos e marítimos, verifica-se uma verba de €2.5 milhões para a ilha. O Conselheiro apontou que o que interessa para a ilha são novos projetos de investimento. Acrescentou ainda que tirando dois ou três projetos “de grande monta” em andamento há três anos, nomeadamente, o cinema e o ninho de empresas, “Santa Maria fica resumida a pequenos investimentos na área da agricultura, abastecimento de água, e uma pequena obra

Handwritten signatures and initials in blue ink.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

de proteção da orla marítima na Maia. Enfatizou que “estamos perante um orçamento que tem uma débil execução.” O Conselheiro Roberto Furtado disse ainda “que nós Marienses devemos defender, como temos vindo a fazer ao longo dos anos, que ano após ano, os planos englobem aquilo que são os investimentos que os Marienses considerem ser importantes...Vou sugerir - disse - que no âmbito das áreas de investimento do governo, sem alterar essa lógica, que nós façamos chegar ao governo regional as várias preocupações e que, dentro dos possíveis, sejam incluídas nesse plano para 2020.” Relativamente aos pontos de reforço, o Conselheiro elencou as seguintes áreas como sendo de maior relevo: no ponto 6.11 (Infraestruturas e Equipamentos Desportivos) - “devemos reforçar a rubrica com a verba necessária para o projeto e empreitada para a reabilitação do pavilhão desportivo da escola básica e secundária de Santa Maria, a verba seria 1.8 milhões, tirando os 600 mil que já estão previstos eu diria, essa rubrica deveria ser dotada com 1. 2 milhões de euros para fazer face a essa obra.” No ponto 13.1 (Gestão e Requalificação da Orla Costeira), sugeriu a inclusão de uma verba para o estudo e projeto de reclassificação do passeio marítimo da Praia formosa e a proteção marítima à volta do Forte de São João Batista, com uma verba indicada num projeto de €150,000. Relativamente ao ponto 14.2 (Reabilitação de Estradas Regionais) - o Conselheiro propôs “dotar a rubrica com valor necessário para as estradas que ligam Vila do Porto ao centro das cinco freguesias e respetivas zonas balneares, incluindo sinalização horizontal e vertical.” No ponto 14.5 (Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários), o Conselheiro aqui defende uma verba para um estudo de projeto (não empreitada) para a reconstrução do Portinho da Baía de São Loureço, como porto alternativo ao de Vila do Porto, para atividades marítimo turísticas, pescas, ou recreio.-----

----- O Conselheiro Jorge Botelho tomou a palavra para afirmar a necessidade e importância de haver um porto alternativo na ilha. Apoia o lugar dos Anjos como a melhor alternativa para se construir um porto de abrigo. O Conselheiro mencionou, como exemplo, a grande destruição que ocorreu recentemente no porto das Flores durante a passagem do furacão Lorenzo e alertou para o facto de que, se Santa Maria for sujeita a uma tempestade semelhante, acredita que o porto de Vila do Porto ficaria, à semelhança da ilha das Flores, completamente destruído. -----

----- De seguida, tomou a palavra a Conselheira Dulce Resendes e ressaltou que o porto de São Lourenço dada a sua orientação, não será benéfico como porto alternativo. Segundo a Conselheira, os portos mais “apelativos” do ponto de vista da pesca é o da Maia e o dos Anjos. Sugeriu também que o porto dos Anjos beneficiaria de uma grua amovível, para que pudesse ser deslocada durante o inverno, e que “isso permite a saída das embarcações com outras condições que não na rampa”. Quanto ao porto de São Lourenço, disse ter algumas reservas. Relativamente ao orçamento disse que “há aqui rubricas que não foram executadas, e há uma taxa realmente baixa que eu acho que é importante que se saliente.” A Conselheira também apontou para o facto que em alguns casos “existe uma variação dentro da mesma Secretaria”, ou seja, houve alocações de verbas para outras rubricas que tinham valores iniciais muito mais inferiores. Por fim, defendeu que “aquilo que foi realmente o compromisso do governo para os quatro anos para com Santa Maria...e se nós formos ver aquelas obras de vulto...que estão todas no papel...é isso que tínhamos por obrigação de reconhecer.” -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA
Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 1103.

----- Foi dada a seguir a palavra ao Conselheiro José Arsénio Chaves que levantou o problema da deslocação dos utentes e dos valores da comparticipação subsidiada pelo governo. Defendeu que o Governo Regional deve arranjar uma forma de assegurar um local para o alojamento dos utentes que se deslocam a São Miguel por motivos de doença. Lembrou que os valores que estão a ser praticados na hotelaria e noutros tipos de alojamento em Ponta Delgada, de 1 de abril a 1 de outubro, são exorbitantes. O Conselheiro recomendou fortemente que o governo auxilie os utentes a cobrir o custo do alojamento face aos elevados preços praticados pelo sector durante a época alta. Relativamente a um porto alternativo na ilha, é de opinião que “tem que haver um”, e acredita que os pescadores prefeririam um porto no lugar do Anjos. -----

----- O Conselheiro Roberto Furtado pediu a palavra para esclarecer o seu pensamento sobre a questão do porto alternativo. Disse que “estamos aqui a falar de um porto de abrigo alternativo à marina”, o qual poderá também certamente ser utilizado pelas pescas, mas é de opinião que esse sector já se encontra assegurado. “Aquilo que estou aqui a sugerir é algo diferente, é a promoção da atividade económica ligada ao turismo...nós precisamos de um porto que permita uma operação em segurança...um porto que permita uma operação de acostagem segura para embarcar e desembarcar passageiros.” -----

----- O Conselheiro Jorge Botelho pediu a palavra para dizer que “temos que ter um porto com algumas condições...há necessidade de criar (um porto) independente de pescas (ou outras atividades). Disse ainda que “se queremos desenvolver a atividade da pesca, e com a dimensão dos barcos existentes, estes precisam de portos diferentes. Relevou ainda que para desenvolver a atividade turística e nem só, faz sentido construir um porto que não tem que ser grande, mas sim seguro e operacional. -----

----- O Conselheiro José Arsénio Chaves pediu para dar o seu parecer a respeito do orçamento. Lamentou que no ponto 8 (Desenvolvimento do Sistema de Saúde) não se consiga saber mais concretamente para que áreas irá ser distribuído os fundos. Em relação às questões climáticas, o Conselheiro quis salientar o investimento considerável e importante que está a decorrer em Santa Maria na área da energia fotovoltaica. -----

----- O Conselheiro e Presidente da autarquia, Carlos Henrique Rodrigues, referiu-se à calamidade ambiental causada por uma avultada enxurrada que ocorreu recentemente em São Lourenço, e a qual serviu como um importante aviso e alerta para a proteção civil. Contudo, o orçamento designado no plano de orçamento anual para a prevenção de riscos e proteção civil para 2020 é “zero”. O único apoio financeiro anual que se verifica nesta rubrica é “para os bombeiros”. Em relação aos assuntos do mar, relatou o Conselheiro, uma área que se encontra sob a tutela do Governo Regional, está completamente desprovida de fundos. Acrescentou que, a gestão e requalificação da orla costeira, a manutenção dos balneários e da obra marítima de São Lourenço, estão inexplicavelmente a “zero”. No ponto 9 (Solidariedade Social), verifica-se um valor de €27,000, um investimento considerado inadequado para cobrir as necessidades desta área, e “na habitação social, idem”. Quanto ao



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

sector da agricultura, o Conselheiro Carlos Rodrigues considerou estar bem, e enalteceu o trabalho do Secretário Regional da Agricultura e Florestas, Dr. João António Ferreira Ponte. O Conselheiro confirmou que a Câmara Municipal de Santa Maria vai assinar dentro de dias um protocolo para uso do Pavilhão Desportivo pelos alunos da EBSSMA. O contracto tem a validade de um ano. -----

----- A seguir, o Presidente do Conselho de Ilha, Daniel Gonçalves, propôs fazer um apanhado dos pontos que foram ressaltados pelos conselheiros de modo a ter um auxílio na preparação do documento que deverá submeter ao governo, o mais tardar, na próxima segunda-feira. Entretanto, a Conselheira Márcia Santos levantou uma questão sobre a possibilidade de abstenção de voto sobre o parecer. A resposta do Presidente do Conselho foi que a abstenção é possível e que essa situação já aconteceu noutros conselhos de ilha. Levantou-se assim, inadvertidamente, duas questões fundamentais. A primeira teve a ver com a questão sobre a apresentação e conteúdo a incluir no documento, e a segunda, teve a ver com a questão se consideramos um parecer favorável, não favorável, ou a abstenção. -----

----- Dando prosseguimento, o Presidente Daniel Gonçalves concluiu dizendo ter notas suficientes para redigir o parecer e acrescentar alguns itens associados às suas específicas rubricas. Dentro deste contexto, o Conselheiro destacou as seguintes rubricas: 6.11 (Infraestruturas e Equipamentos Desportivos), a questão do pavilhão desportivo com um valor estimativo de €1.2 milhões; 13.1 (Gestão e Requalificação da Orla Costeira), com estudo e projeto do passeio marítimo da Praia Formosa e proteção do Forte de São João Batista (reforço da proteção marítima); 14.2 (Reabilitação de Estradas Regionais); 14.5 (Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários) com referencia a um estudo e projecto de um porto alternativo ao de Vila do Porto; 13.2 (Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha) onde destaca a questão da fiscalização; 14.7 (Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-Ilhas) com respeito a um reforço da taxa de execução; e ponto 4 (Desenvolvimento do Turismo), com respeito também a um reforço da taxa de execução. Informou, também, que o memorando, na sua redação final aprovada pelos conselheiros, será anexo à presente ata. -----

Para concluir, o Presidente Daniel Gonçalves pôs aos conselheiros duas propostas:

1. Não haver votação favorável, nem desfavorável;
2. Fazermos uma apreciação favorável ou desfavorável;

----- Em resposta a algumas dúvidas que surgiram a respeito da votação, o Presidente do Conselho lembrou que o poder do Conselho é consultivo, “nós fomos consultados e a nossa posição é abstermo-nos de emitir um parecer favorável ou desfavorável, remetendo possivelmente esse parecer para a proposta que seguirá dentro de um mês. Neste momento não somos nem favoráveis, nem desfavoráveis, e eu certamente farei um esforço de redação (para refletir essa posição)... sei que em conjunto encontraremos uma forma de a linguagem que transmitir o nosso sentimento que é de não darmos um parecer favorável, nem desfavorável, porque as duas maneiras seriam injustas... temos medidas muito concretas que moldarão a nossa opinião se de fato forem ou não atendidas, daqui a um mês, na proposta que é aquela que realmente vai ser o motor do investimento em 2020.” Os conselheiros



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA
Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'HB' at the bottom.

acordaram unanimemente à primeira proposta do Presidente do Conselho, pelo que o memorando final não terá um parecer qualificativo, mas antes uma reflexão global sobre os pontos que poderiam ser remediados. -----

----- O Presidente do Conselho de Ilha, Conselheiro Daniel Gonçalves finalizou e agradeceu a presença e participação de todos e todas, e nada mais havendo a tratar deu por encerrada esta sessão pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Maria Helena Cabral de Lordelo, que a redigi e subscrevi, bem como pelos membros da mesa do Concelho de Ilha. -----

Assinaturas:

Daniel da Silva Gonçalves

Handwritten signatures in blue and black ink, including a large signature at the top and a signature below it.

Peak
of

